

Economia de Comunhão como expressão de uma economia plural de origem religiosa

Maurício Serafim*

Resumo

A Igreja Católica, por meio do Movimento dos Focolares, está desenvolvendo uma experiência original no campo econômico denominado de Economia de Comunhão. Tal experiência pode contribuir para o debate sobre Economia Plural ao enriquecer o manancial de práticas que atuam no mercado, mas com critérios de atuação provenientes também de outras esferas, como a simbólica. Por meio de um estudo de caso qualitativo, tratarei dessa organização e de seus aspectos mais importantes com o objetivo de descrever e analisar o discurso, a ética e a articulação com a vida econômica de uma experiência de Economia Plural de origem religiosa. Finalizo sugerindo que a ética econômica focolarina está em forte tensão com o “espírito capitalista”, intencionando substituí-lo por um novo espírito – o da comunhão – como parte da busca intencional do Movimento dos Focolares de proporcionar uma inovação econômica.

Palavras-chave: Movimento dos Focolares; Economia de Comunhão; Economia Plural; Relação vida econômica e vida religiosa; Inovação econômica.

1 Introdução

Nos últimos anos ocorreram importantes transformações no campo religioso católico, como o surgimento e recrudescimento do movimento Renovação Carismática Católica (RCC), e a amenização das atenções e discussões sobre a Teologia da Libertação e as

*Doutor em Administração pela FGV-EAESP. Atualmente é professor e pesquisador no Departamento de Administração Pública e no Programa de Pós-Graduação em Administração da ESAG/UDESC. E-mail: serafim.esag@gmail.com.

Comunidades Eclesiais de Base. Atualmente, em termos de exposição na mídia e quantidade de pesquisas, a RCC está para a Igreja Católica assim como a Igreja Universal (IURD) para as neopentecostais, talvez por manifestar as mudanças por que passa toda a Igreja no Brasil acerca de seu relacionamento com os fiéis na utilização de novas (em relação às que estavam adotando) estratégias de proselitismo.

Entretanto, na Igreja Católica há uma miríade de movimentos eclesiais que são, de acordo com o jargão religioso, portadores de carisma – dom divino concedido pelo Espírito Santo a um grupo de crentes com o propósito de orientarem uma comunidade em um determinado momento histórico – e que, devido ao seu tamanho e visibilidade bastante discretos, são pouco conhecidos e pesquisados. Entre eles, há o Movimento dos Focolares, que está desenvolvendo uma experiência original no campo econômico a partir do entendimento do papel de seu carisma na sociedade, denominado de Economia de Comunhão (EdC). A seguir, tratarei dessa organização e de seus aspectos mais importantes com o objetivo de descrever e analisar o discurso, a ética e a articulação com a vida econômica de uma experiência de Economia Plural que tem origem religiosa.

Para atingir o objetivo, realizei uma pesquisa de campo utilizando como estratégia de pesquisa o estudo de caso (MERRIAM, 1998, YIN, 1984). Muitas informações foram obtidas ao longo da minha convivência com o movimento de 1999 a 2008. Participei de oito congressos de EdC – durante os quais conversei com alguns empresários e pessoas envolvidas no projeto EdC, inclusive pesquisadores – e realizei algumas visitas à Mariápolis Ginetta, em São Paulo. Também tenho participado de dois grupos virtuais de discussão e trocas de informações por e-mail. Para obter dados mais precisos, entre setembro e dezembro de 2007 realizei seis entrevistas e enviei três questionários por e-mail, que foram devidamente respondidos. Para a análise dos dados utilizei técnicas empregadas em pesquisa qualitativa, como a análise do discurso.

2 A organização e seus atores

O Movimento dos Focolares¹ (MF) é um movimento eclesial e civil da Igreja Católica Apostólica Romana iniciado por Chiara Lubich em 1943, em Trento, na Itália.² Em meio à Segunda Guerra Mundial, ela foi líder de um grupo de jovens mulheres – com idade entre 15 e 25 anos – que se propuseram a se organizar de modo comunitário e ter como fonte valorativa o Evangelho, principalmente as premissas de “que todos sejam um” (João 17, 21) e do amor ao próximo (Mateus 19, 19). A vida comunitária objetivava inicialmente ajudar, durante a guerra, as pessoas que haviam permanecido na cidade – pois não tinham condições de se refugiar, o que incluía os mais pobres –, tendo como método criar no grupo um estilo de vida de acordo com o cristianismo primitivo, tal como narrado nos Atos dos Apóstolos,³ conhecido no MF pela expressão comunhão de bens materiais⁴ e espirituais⁵.

O grupo vivia em uma pequena casa e contava com a ajuda da comunidade local para a arrecadação de remédios, alimentos, móveis e roupas, distribuídos para quem os procurasse. Entre as primeiras companheiras de Chiara, estava Ginetta Calliari, que mais tarde veio ao Brasil e se tornou a principal líder do MF no país. Depois de alguns meses da formação do grupo, em 1944, conta-se que havia cerca de 500 pessoas – homens, mulheres, de todas as origens sociais ⁶ – que gostariam de se inserir nas atividades e compartilhar o ideal de vida daquelas jovens, que tinham Chiara Lubich como sua líder e reconheciam nela o carisma (no sentido teológico).

Um fato marcante na biografia de Chiara foi uma viagem em 1939 à cidade de Loreto (Itália), onde, segundo a tradição popular, se encontra um santuário cuja construção de pedras, que lá está, é a casa onde viveram Jesus, Maria e José, que teria sido trazida de Nazaré àquele lugar por anjos. Nesse santuário, Chiara afirma que entendeu sua vocação religiosa como uma quarta alternativa, sendo que até então havia três possibilidades: o matrimônio, o convento e a consagração privada a Deus permanecendo em família (Ribeiro, 2003). A quarta, intuída por Chiara, é a vida em comum de pessoas leigas e celibatárias, e sua convivência com pessoas casadas, todas consagradas a Deus, tendo como modelo a “família de Nazaré”. Essa intuição de Chiara deu origem à unidade organizacional básica do Movimento dos Focolares: o focolare. Mais tarde, no dia 7 de dezembro de 1943, na Capela dos Frades Capuchinhos, em Trento, ela pediu permissão a um sacerdote para se consagrar ⁷, sendo esse dia considerado o da fundação do movimento; desde então, ela se dedica integral e exclusivamente ao grupo. Chiara é autora de diversos livros ⁸, a maioria publicada pela editora Città Nuova e por suas filiais em 32 países; criadora do próprio MF; e doutora *honoris causa* por universidades de vários países, inclusive do Brasil: em Economia pela Unicap de Recife, e em Humanidades e Ciências da Religião pela PUC de São Paulo.

Ginetta Calliari nasceu em Trento, em outubro de 1918. Ela conheceu Chiara em 1944 e, após uma experiência de conversão ⁹ – mesmo já sendo católica –, decidiu ir morar naquele mesmo ano com o grupo de moças, apesar da resistência inicial de sua mãe. Ainda nos anos de guerra, Chiara deveria se transferir para Roma para iniciar uma comunidade focolare naquela cidade, e designou Ginetta para substituí-la em Trento. Para isso, Ginetta teve que pedir demissão de seu emprego, e, desde então, passou a se dedicar exclusivamente ao grupo. Ela é autora de três livros, publicados originalmente no Brasil pela Editora Cidade Nova: *Quando o Evangelho entra na família*, 1980 (traduzido para o italiano); *O Evangelho no dia-a-dia*, 1982 (traduzido para o italiano); e *O Evangelho: força dos pobres*, 2001 (traduzido para o italiano, alemão, flamengo, espanhol e francês).

Dentro da Igreja Católica, o Movimento pode ser considerado como parte do fenômeno do reavivamento religioso. Encontrou resistências por ser a expressão de um grupo formado de jovens, mulheres e leigas, o que confrontava a doutrina da Igreja e a estrutura eclesial da época, em que o homem tinha prevalência absoluta sobre a mulher e o religi-

oso sobre o leigo, entendimento que viria a mudar apenas com o Concílio Vaticano II. Um dos problemas centrais era que, como havia engajamento de homens e sacerdotes no Movimento, Chiara seria sua líder (mulher e leiga), fato inédito na Igreja Católica. Porém, o ponto primordial do Movimento não foi reivindicar o sacerdócio feminino, porque entendiam que deveria haver papéis diferentes dos gêneros na estrutura eclesial, mas de um maior espaço para uma liderança feminina e uma crítica indireta, durante o período pré-conciliar, acerca do papel do leigo na Igreja, que, no entendimento do Movimento, teria condições de dignidade e responsabilidade idênticas às de um religioso, sendo diferenciado apenas por tarefas, e não mais por santidade (no sentido de virtuosismo religioso). Por suas características, o Movimento então viveu momentos de indefinição por não estar enquadrado nos códigos canônicos, situação que viria a mudar com o Concílio e a aprovação definitiva de seus estatutos pelo papa Paulo VI, em 1964. Antes da aprovação, em nenhum momento houve a intenção, por parte do Movimento, de romper com a instituição Igreja, pois havia o entendimento de que a relação do sagrado com Deus passa necessariamente pelas relações com a hierarquia da Igreja. Além da presidência leiga e feminina, outra característica fundamental do Movimento é seu alinhamento com a instituição e o papa.

Para situar o MF no campo religioso brasileiro, se considerarmos as CEBs e a Renovação Carismática Católica como tipos ideais e dois pólos opostos de um *continuum* – de engajamento e militância política e social de um lado, e de adoração e louvor de outro –, o MF estaria mais ou menos na posição intermediária (Ribeiro, 2003). No Brasil, o MF se iniciou em novembro de 1959, na cidade de Recife, com a chegada de Ginetta Calliari da Itália, juntamente com outros sete focolarinos. Em 1964, ela se transfere para a cidade de São Paulo, fundando em 1969 a atual Mariápolis Ginetta (antiga Mariápolis Araceli) e permanecendo aí até o seu falecimento, em março de 2001. Atualmente, há no Brasil 250 mil membros em todas as regiões do país, e três Mariápolis Permanentes: a Mariápolis Ginetta (Vargem Grande Paulista, São Paulo), Mariápolis de Santa Maria (Igaracu, Pernambuco), e Mariápolis Glória (Benevides, Pará).

As Mariápolis Permanentes – o termo “Mariápolis” significa literalmente “cidade de Maria” – são pequenas comunidades onde famílias, jovens, padres e religiosos moram e trabalham de forma comunitária,¹⁰ constituindo-se também como centros de formação social e religiosa do MF, onde inclusive são formados os novos focolarinos(as). Elas se estruturam como pequenas cidades que objetivam dar visibilidade ao estilo de vida comunitário do MF, caracterizado pela “renovação pelo Evangelho”, e, dessa forma, aderem à prática de comunhão de bens materiais e imateriais, e à superação de conflitos por meio do diálogo. No Brasil, a Mariápolis Ginetta é o centro de formação de liderança do movimento, e realiza cursos e congressos nos níveis regional, nacional e internacional. Ela também abriga a Editora Cidade Nova, responsável pela publicação da revista Cidade Nova, mensal, com tiragem de 50 mil exemplares, e de obras relacionadas à espiritualidade do movimento e correlacionadas. Além das três Mariápolis no Brasil, há mais 30

no mundo.

O MF se organiza da seguinte forma: em termos de graus de maior para menor engajamento, há três opções – *membros internos*, que optam por participar efetivamente e assumem responsabilidades específicas, sendo institucionalmente comprometidos; *aderentes*, que compartilham da espiritualidade e dos objetivos do MF mas não assumem responsabilidades específicas; e *simpatizantes*, que oferecem apoio ao MF em suas várias atividades mas não possuem vínculos mais fortes (Leite, 2005).

Em termos estruturais, o MF se divide em seções, setores, movimentos de massa, e regiões. As seções são divididas por gênero, e há a seção dos focolarinos e a seção das focolarinas, compreendendo os(as) focolarinos(as) de vida comunitária (que vivem nos focolares) e focolarinos(as) casados(as). Os focolarinos de vida comunitária de ambos os gêneros são leigos consagrados (fazem os votos de pobreza, castidade e obediência) e vivem nos focolares, unidades básicas do movimento. É em torno dos focolares que o movimento se organiza, e o termo passou a designar as pequenas comunidades formadas de homens ou mulheres (separadamente), em torno de quatro ou cinco membros denominados focolarinos e focolarinas – e que moram geralmente em uma casa que serve como local de encontros e de referência para seus participantes. Eles praticam a comunhão de bens total, trabalham normalmente como forma de sustento e têm o desafio de viver o ideal religioso do MF a todo momento. Há também os focolarinos(as) casados(as), que não moram com os demais, mas com sua família, e também praticam a comunhão de bens e os ideais religiosos na relação familiar.

Os *setores* são formados por grupos de pessoas que se dedicam intensamente ao ideal religioso do MF, enquanto os *movimentos de massa* são ramificações de amplo alcance na sociedade, que possuem um comprometimento menor e pretendem atuar como “instrumentos para renovar a sociedade e a Igreja”. No total, são 22 setores e 9 movimentos de massa. Entre esses setores, mencionam-se Geração Nova (Gen), para as novas gerações que surgem no interior do MF; Voluntários, leigos que não fazem os votos mas procuram viver com radicalismo o ideal do MF; e os setores voltados para religiosos, religiosas, sacerdotes e bispo. Alguns dos movimentos de massa que podem ser citados são: Famílias Novas, coordenado pelos focolarinos(as) casados(as) e enfocado na família; Jovens por um Mundo Unido, liderado por jovens que participam do setor Gen e que promovem atividades de solidariedade; Movimento Sacerdotal, que busca a renovação das estruturas eclesiais, composto por sacerdotes diocesanos; e Humanidade Nova, que procura atuar em todo o espectro social – como política, economia, arte, educação, comunicação e direito –, tendo os voluntários como seus principais incentivadores.

Finalmente, as *regiões* se referem à presença espacial do MF no território nacional. Cada região – que abrange alguns estados, mas que não necessariamente coincide com a divisão geográfica – possui um centro masculino e outro feminino para a região, e alguns focolares masculinos e femininos.

Os Centros Regionais são formados por focolares que possuem papel de coordenação e administração do movimento. Há também os Centros Mariápolis, que servem como locais de encontros (como conferências, congressos, palestras) para os membros e simpatizantes do MF. No Brasil, há seis desses centros: em Manaus (AM), Benevides (PA), Brasília (DF), Igaracu (PE), Vargem Grande Paulista (SP) e São Leopoldo (RS).

A partir de 2002, a Sociedade Movimento dos Focolares – entidade civil do MF de utilidade pública e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que possui sede nacional em Vargem Grande Paulista e filiais em todo o Brasil – desmembrou-se parcialmente em oito entidades, conservando os títulos e objetivos da sociedade original. São eles: Movimento dos Focolares Norte, Movimento dos Focolares Nordeste, Movimento dos Focolares Centro-Oeste, Movimento dos Focolares Sudeste, Movimento dos Focolares Mariápolis Ginetta, Movimento dos Focolares Sul, Editora Cidade Nova e Centro de Audiovisuais Vita.

O MF foi presidido por Chiara Lubich até sua morte em março de 2008, que dirigiu o movimento, auxiliada por um co-presidente e um conselho geral formado por 60 representantes dos setores e movimentos de massa. A relação entre o centro administrativo do Movimento, localizado em Roma, e suas ramificações ao redor do mundo se dá principalmente por meio de relatórios mensais e anuais, encontros anuais dos responsáveis pelas regiões e países, que apresentam para o conselho a situação material e espiritual do Movimento em cada lugar. Atualmente, o MF é difundido em 194 países, com a participação de 180 mil membros internos e em torno de 2 milhões de aderentes e simpatizantes.¹

O financiamento do MF vem de diversas fontes. A primeira é a renda do trabalho dos próprios focolarinos. Em tese, cada focolare é auto-sustentável financeiramente, mas quando há casos em que isso não seja possível, faz-se o que eles chamam de comunhão de bens: outros focolares doam parte de sua renda para que seja distribuída entre os focolares em dificuldade financeira, de acordo com as necessidades comunicadas ao centro regional. Para as ampliações, construções e obras assistenciais do Movimento, eles contam com doações dos membros e simpatizantes do próprio Movimento e de ONGs internacionais, que fazem doações a grupos religiosos que atuam na área social.

As obras e projetos sociais sempre foram uma preocupação do MF, desde seu surgimento. Seus membros destacam que essas ações procuram não ser meramente assistencialistas nem realizadas pela simples realização, mas que buscam conduzir a um mundo renovado pelo Evangelho, o qual, segundo acreditam, proporciona a verdadeira revolução social. No mundo há mais de mil dessas obras, podendo ser destacadas: New Humanity, reconhecida pela ONU como ONG consultiva do Conselho Econômico e Social; Fundo Mundo Unido, que financia 30 microprojetos de autodesenvolvimento, Ação por um

¹De acordo com o site oficial do Movimento: <http://www.focolare.org/wp-content/uploads/2011/01/MovFocolari_Presentazione_PT.pdf>. Acessado em 30/05/2013.

Mundo Unido (AMU), ONG que busca fomentar a cooperação internacional em favor do desenvolvimento; e Adoções à Distância, com mais de 9 mil crianças adotadas à distância, mantidas no próprio lar.

3 Economia de Comunhão

Uma das atividades dos MF no campo econômico é denominada Economia de Comunhão na Liberdade (EdC). Proposta por Chiara Lubich, a EdC teve início no Brasil em 1991 e tem como objetivo principal a transformação cultural da vida econômica e empresarial, tendo como guia valorativo o ideal religioso do Movimento. Um dos desdobramentos práticos do projeto é disponibilizar parte dos lucros das empresas aos mais pobres, suprindo suas necessidades básicas – tais como alimentação, vestuário, higiene, assistência médica, educação básica e habitação – e/ou oferecendo postos de trabalho para eles. De um modo mais específico, a proposta contempla a divisão do lucro em três partes: uma voltada para a própria empresa; outra, para a difusão da chamada “cultura da partilha”, por meio da organização de congressos, estruturas, bolsas de estudo e divulgação na imprensa; e a terceira, para os pobres, inicialmente no âmbito dos Focolares (PINHEIRO, 2000; BRUNI, 2005).

Sob o ponto de vista do desenvolvimento da EdC, as empresas em sua maioria são de pequeno porte e com faturamento em geral não superior a 1 milhão de dólares/ano, atuantes em vários setores da economia: serviços, produtivo, comércio e em outros setores, inclusive no financeiro. No Brasil, atualmente se contabilizam 121 empresas atuantes, e no mundo há cerca de 860 empresas. Adicionalmente, em 2005 foi criada a Associação Nacional por uma Economia de Comunhão, com o propósito de colaborar em divulgar o projeto para outras empresas, agilizar a criação de novas empresas, sobretudo nos polos, e organizar escolas de empreendedores bem como eventos culturais (FERRUCI, 2013).

A atividade mais significativa promovida pela EdC é o Polo Empresarial Spartaco. Ele foi criado em 1994 com a intenção de ser um modelo para a construção de outros pólos no mundo e para dar visibilidade ao projeto EdC.¹¹ Ligado à Mariápolis Permanente Ginetta, está localizado no município de Cotia (SP), e em uma área de 48.696 m² abriga sete empresas num regime de condomínio,¹² administrado pela holding Espri S.A. (Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais), uma empresa de participação¹³ surgida em 1992 que dá suporte estrutural à EdC no Polo Spartaco.¹⁴ A Espri canaliza recursos para as empresas sob a forma de participações, que são feitas por intermédio de subscrição de cotas de capital, cuja propriedade é conservada pelos participantes – atualmente cerca de 4 mil acionistas, constituindo um capital de 3,32 milhões de reais (FERRUCI, 2013) – mesmo sem ter expectativas de lucro num prazo definido.

As empresas que atuam no Polo Spartaco são: Espri S. A. (Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais), Ecoar (produtos de limpeza), KNE-Rotogine (rotomoldagem de plásticos), Uniben Fomento Mercantil Ltda. (factoring e seguros), Prodiat Nutrição Clínica (distribuidora de medicamentos), AVN Embalagens (embalagens plásticas), Move-lite (móveis finos sob medida), além da Associação dos Funcionários do Polo Spartaco. Atualmente essas empresas empregam 143 trabalhadores (FERRUCI, 2013).

Além da atuação no âmbito da vida econômica, Chiara Lubich orientou os membros a debaterem a EdC no mundo acadêmico e a se dedicarem à criação de uma “nova teoria econômica” a partir das experiências práticas realizadas, e que tenham como pressupostos os conceitos de fraternidade, unidade e amor recíproco. Contabilizam-se cerca de 300 trabalhos acadêmicos, entre monografias, dissertações e teses, e muitos deles estão disponíveis no *site* ecodicom.net/tesi.php. E para dar apoio aos estudantes, pesquisadores e professores que realizam seus trabalhos sobre a EdC, bem como coordenar o desenvolvimento de uma teoria econômica da EdC, foi inaugurado em 2005, na Mariápolis Ginetta, o Centro Filadélfia de Estudos, Pesquisas e Documentação da EdC.

4 Discurso, ética focolarina e sua articulação com a vida econômica

O discurso e a doutrina do MF são perfeitamente sintonizados com a doutrina da Igreja Católica. Entretanto, há alguns elementos originais e ênfase em alguns aspectos espirituais que foram desenvolvidos pelo MF e posteriormente reconhecidos pela própria Igreja. Esses elementos são objeto de estudo em campos do conhecimento como a teologia, eclesiologia e em outras áreas correlatas, o que indica sua complexidade, e, devido a isso, serão tratados apenas num nível suficiente para o entendimento de seu papel no fenômeno que estou pesquisando.

O MF tem uma característica fundamental que é necessário esclarecer antes de prosseguir. Podem ser identificadas duas dimensões importantes, que muitas vezes se entrelaçam e se confundem: uma é o discurso programático, normativo, sobre o “dever ser” do MF; outra é a sua dimensão empírica, da qual deriva parte de sua doutrina. A doutrina, dessa forma, é resultado de um “desejo” de renovação cultural e espiritual da humanidade, e das ações realizadas por seus membros no decorrer dos anos, durante os quais depuraram o conteúdo programático, num processo dialético¹⁵ entre a experiência vivida e as reflexões espirituais. Aliás, o discurso é legitimado não apenas pelos resultados demonstrados pelos testemunhos atuais, mas também pela sua história. Cada elemento do discurso – por mais abstrato que possa ser – tem sempre algum acontecimento cotidiano que o confirma ou o lhe dá respaldo. Disso decorre a grande valorização da “prática” entre os membros, ou seja, da “experiência” de cunho religioso de cada um no dia-a-dia.

Dito isso, sigo adiante.

O MF se autodeclara uma organização que “caminha edificando a civilização do amor, com o objetivo de contribuir para a fraternidade universal, tendo como meta um mundo mais unido” (LUBICH, 2001, p. 9). A hierarquia de valores que estrutura seu discurso é classicamente religiosa. Há, no primeiro nível, a colocação do problema metafísico de Deus e de sua consequência para a humanidade; segundo, a experiência da tensão (muitas vezes contradição) entre o transitório e o contingente da situação humana e o absoluto e necessário em Deus; e terceiro, o reencontro com os homens por meio do amor cristão devido à inserção da humanidade no plano divino (CAMARGO, 1971).

De fato, no início do MF, em meio à turbulência social da Segunda Guerra Mundial, Chiara Lubich reflete: “A lição que Deus oferece por meio das circunstâncias é clara: tudo é vaidade das vaidades. Tudo passa. Aflora uma pergunta: existirá um ideal que não morre, que nenhuma bomba seja capaz de destruir?”. E responde:

Sim, Deus. Em meio à destruição causada pela guerra, consequência do ódio, a luz do carisma nos leva a uma compreensão totalmente nova. Como se fosse a primeira vez ficamos extasiadas pela verdade sobre Deus: “Deus é amor” (1 Jo 4, 8): qualquer circunstância que nos atinge, seja ela alegre, triste ou indiferente, tudo nos parece uma expressão do seu amor. A alegria e a surpresa são tão grandes que não hesitamos em escolher a ele, exatamente a ele, Deus Amor, como ideal da nossa vida. E comunicamos logo, a quem está perto de nós – parentes, amigos – a nossa grande descoberta: “Deus é amor, Deus nos ama, Deus o ama!”.¹⁶

Nesta passagem, muito conhecida pelos membros do Movimento, podemos encontrar os três componentes mencionados: o que é Deus, a contradição entre o contingente e o necessário, e as circunstâncias como expressão dos planos amorosos de Deus sobre a humanidade. Nessa fase do MF, houve a conscientização e início da formulação de valores religiosos que vieram a se constituir como uma opção ideológica e de orientação de vida, marcadamente distintos da sociedade em que viviam: um mundo em guerra ou, em outros termos, um mundo em fragmentação. Chiara e suas primeiras companheiras, ao adotarem e procurarem atuar conforme a frase do Evangelho “[...] que todos sejam um” (João 17, 21), proporcionaram para si uma ruptura e cisão do sistema valorativo e de conhecimentos (normas e papéis) daquela sociedade, e, ao mesmo tempo, obtiveram uma resposta aos seus anseios da busca de um “ideal que nenhuma bomba poderá destruir” e fundaram uma crítica à sociedade fragmentada e destruída em “consequência do ódio”.

Dessa forma, em contraste com a fragmentação social, adotam a idéia de unidade; em contraste com o ódio, entendem que o amor evangélico é a melhor proposta; como antídoto à falta de diálogo, propõem “Jesus em meio”; diante da dor e sofrimento, adotam o conceito de “Jesus Abandonado”; ao enfrentarem a escassez de bens materiais, contam

com a Providência Divina; e praticam a comunhão de bens na comunidade para ajudar os mais necessitados. Unidade, amor evangélico, Jesus em meio, Jesus Abandonado, Providência Divina e comunhão de bens são seis dos principais componentes em que gravita o discurso do MF.

O conjunto articulado desses conceitos é conhecido no Movimento como *espiritualidade da unidade* (RIBEIRO, 2003). A unidade é o conceito central da visão de mundo focolarina, a ponto de a passagem bíblica “Pai, que todos sejam um” ser considerada a “carta magna” do Movimento (LUBICH, 2001, p. 12). Desde o início, o grupo se compreendeu como o portador do carisma dado a Chiara, cuja missão designada por Deus é levar a unidade ao mundo. Sempre se enfatiza que a unidade defendida não significa uniformização ou homogeneização, mas é a que segue a tradição cristã de “união sem confusão e distinção sem separação”, tendo como modelo a Trindade, e que possui a característica teleológica de ser a “finalidade do cosmos, estabelecida por Deus”, de que o mundo seja uma só família (RIBEIRO, 2003, p. 108).

A unidade é obtida por meio do amor evangélico, que significa dar bens materiais ou espirituais de forma desinteressada, e é sintetizado e sistematizado na *arte de amar*, como é conhecido no MF, da seguinte forma: amar a todos (sem discriminações), amar em primeiro lugar (tomar sempre a iniciativa), ver Jesus no outro (amar o outro como a si mesmo), e fazer-se um (colocar-se no lugar do outro, empatia). A arte de amar, além de conferir sentido às ações dos indivíduos, serve como uma “técnica da unidade” – como denominada por Chiara – muito utilizada entre os membros e que tem o objetivo de criar a *fraternidade universal*, de acordo com a crença no seguinte modo de funcionamento: quem receber a ação conduzida pela arte de amar tem a tendência de realizar uma ação no mesmo sentido, criando a reciprocidade (BRUNI, 2005). Essa reciprocidade gera o amor mútuo, que é a confirmação da crença de que o amor é verdadeiro. Em termos sociológicos, o amor defendido pelo MF pode ser interpretado como uma atitude benevolente de caráter universalista (“amar a todos”) em que é fundamental confiar *a priori* no outro, aceitando o risco racional de que talvez não haja compensação pela atitude. Para estabelecer essa confiança, é feita uma aposta na confiança. Em decorrência, para se estabelecer o amor mútuo é feita uma aposta no amor. E na arte de amar essa aposta está explícita principalmente em (1) amar em primeiro lugar, sem esperar que o outro dê algum sinal de confiança; e, (2) amar a todos, sem discriminação, e, dessa forma, não se deve rejeitar alguém que aparentemente não teria condições de retribuir.

O amor mútuo, por sua vez, tem como resultado o que no Movimento é denominado *Jesus em meio*, expressão embasada na promessa de Jesus que está em Mateus 18, 20: “Onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome aí estou eu no meio deles”. “Trata-se do estabelecimento de relações sociais simétricas orientadas pelo amor, que realizam um perfeito consenso e acordo no grupo em questão”, possibilitando tomadas de decisão e resolução de conflitos. “Tal acordo e concórdia, com os conseqüentes sentimentos de

alegria, paz, fraternidade, harmonia compartilhados por todos, são interpretados como sinais externos de uma presença invisível, mas real, de Jesus no grupo” (RIBEIRO, 2003, p. 101). “Jesus em meio” muitas vezes é traduzido na expressão “vamos ver juntos”, dita em situações cotidianas de impasses, dúvidas ou tomada de decisões, e é o reflexo da dimensão comunitária do Movimento.

Aqui há um ponto importante. Sem desconsiderar que esse mecanismo é uma forma de controle sobre o indivíduo, ao dar um caráter religioso às tomadas de decisão e atividades no âmbito do grupo, de certa forma estimula a confiança entre os membros, ao atribuir a cada um dos envolvidos a responsabilidade de manter a presença de “Jesus em meio”. Além disso, ao estar inserido num ambiente de confiança, o indivíduo saberá que cada um irá cooperar, e, ao se realizar essa cooperação, há a manutenção da confiança, como em um círculo virtuoso. E para o Movimento, “Jesus em meio”, gerado pelo amor mútuo, tem como efeito a *unidade*. Dessa forma, a sociabilidade é interpretada como mantida e aprimorada pelo sagrado.

Essa unidade, em termos sociológicos, pode ser interpretada como uma forte coesão do grupo, que é sagrado para o Movimento, e, ao mesmo tempo, é sinal, efeito e causa. Sinal da verificação da promessa; efeito da “presença” de Jesus; e causa porque a unidade (ou, como dizem no MF, “garantir a presença de Jesus em meio”) deve preceder qualquer atividade, ritual ou valor individual. Dessa forma, a *espiritualidade* da unidade é entendida como uma espiritualidade coletiva devido à sua valorização da interação social na comunidade como forma de relacionamento com Deus e salvação. Isso traz conseqüências práticas importantes para a ação: não importa com quem, por que ou onde estão reunidos, mas primordialmente como o fazem, ou seja, o sentido que atribuem à interação.

Isso significa que a *eficácia* – em termos de racionalidade funcional – está subalterna à criação e manutenção dos vínculos sociais. Como foi salientado por um dos entrevistados, “é preferível ter menos resultados com mais unidade a ter mais resultados com menos unidade”. Acreditam eles que a solução dos problemas com a presença de “Jesus em meio” é *the one best way*, mas, como costumam salientar, pode não ser a melhor solução de acordo com a mente humana, porém é uma solução ainda melhor porque foi pensada por Deus. Esse entendimento não significa que haja uma desvalorização da busca da melhor adequação dos meios aos fins nas ações econômicas, contudo essas ações estão imersas num contexto cultural em que a orientação da ação é, antes de tudo, motivada pela busca da coesão do grupo. Em outras palavras, a racionalidade econômica é conformada a um importante princípio religioso, de modo similar ao descrito por Weber sobre a ética protestante, diferenciando-se apenas quanto ao conteúdo dessa conformação.

Em relação à visão de mundo em termos de unidade, há ainda outra característica atribuída ao efeito da redescoberta do Evangelho por Chiara e suas primeiras companheiras:

a “unificação de todas as esferas da vida”, devido ao entendimento de que “[...] tudo se unificava sob a orientação do amor de Deus: trabalhar por Ele, estudar, descansar, orar, toda a vida uma sucessão de atos de amor a Deus, reconhecendo em cada acontecimento da vida uma vontade de Deus a ser realizada” (RIBEIRO, 2003, p. 112). Isso significa que todas as atitudes – desde as mais prosaicas até as mais socialmente valorizadas – são interpretadas como englobadas pelo sagrado, devendo ser realizadas da mesma forma – como atos de amor –, independentemente do *status* social daquela atitude. Isso leva a um comportamento bastante apreciado no MF, de busca da coerência nas ações conforme os preceitos religiosos em todos os seus campos de atuação, inclusive a econômica.

Dessa forma, o MF oferece a seus membros uma legitimação da ação racional voltada para valores em esferas que normalmente lhe são refratárias.¹⁷ Para ilustrar, um dos entrevistados mencionou que não realiza vendas de seus produtos para o governo porque naquele ramo elas são feitas mediante pagamento de propinas. Ele afirmou que não se submete a isso, atribuindo sua decisão aos valores religiosos de amar a todos, inclusive o Estado e a concorrência, entendendo que o pagamento de propinas é uma forma ilegal e injusta de realizar um negócio, portanto uma forma de lesar o próprio Estado e seus concorrentes. A menção a esse tipo de comportamento é bastante comum nas entrevistas e nos testemunhos comunicados nos eventos.

No MF, essa unificação da vida é comparada a um arco-íris (LUBICH, 2004). De acordo com a metáfora, a luz branca, que representa o amor de Deus, ao passar por um prisma se decompõe em sete cores, que simbolizam os vários aspectos da vida e, ao mesmo tempo, são expressões diferentes do amor original (luz branca). Cada cor encontra sua expressão no âmbito individual e coletivo, a saber: o *vermelho* corresponde ao aspecto da comunhão de bens interpessoal e intergrupar, englobando os entendimentos e conceitos sobre a economia, trabalho e pobreza; o *laranja*, ao aspecto das relações interpessoais e intergrupais; o *amarelo* corresponde ao relacionamento com o sagrado e, no âmbito social, está relacionado à área do Direito; o *verde* corresponde aos aspectos do meio ambiente, vida e saúde física e espiritual; o *azul*, aos aspectos estéticos do vestuário, decoração da casa e urbanismo; o *anil*, ao aspecto do conhecimento e da cultura em geral; e o *violeta* corresponde aos aspectos da comunicação interpessoal e mídia (RIBEIRO, 2003). As cores e seus significados são utilizados como princípio orientador da organização do Movimento, de todos os seus setores e de tudo o que ocorre em seu âmbito, tanto no nível individual quanto no comunitário, bem como em atividades no âmbito social. Dessa forma, há uma racionalização da vida e da conduta em suas múltiplas dimensões, no sentido de que todas as dimensões abrangidas pela metáfora do arco-íris possuem igual importância, e deve-se manter um equilíbrio entre elas.

No âmbito econômico, há algumas experiências de utilização das cores como princípios de gestão empresarial, sem, contudo, dispensar técnicas de gestão utilizadas tradicionalmente em organizações econômicas (FERNANDES, 2007). Esses princípios podem

ser interpretados como a inserção da ética focolarina de ação no mundo adaptada a uma realidade funcionalmente racional. Cada cor corresponde a uma dimensão organizacional, seguida de atividades práticas de ação. São elas: *vermelho* (dimensão econômica e de comunhão), corresponde aos indicadores financeiros para a sobrevivência da empresa e a doação de parte do lucro; *laranja* (dimensão política), relação com outras empresas e associações de classe e políticas; *amarelo* (dimensão espiritual), corresponde à garantia da nobreza da missão, da confiança, esperança, respeito e preservação do bem-estar espiritual das equipes; *verde* (dimensão ambiental), saúde dos membros da empresa e respeito e preservação do meio ambiente; *azul* (dimensão estética), harmonia relacional e no ambiente de trabalho, ética; *anil* (dimensão do conhecimento e sabedoria), formação, pesquisa, inovação e equilíbrio da missão, bem como análise do posicionamento estratégico da empresa, produtividade, eficiência; *violeta* (dimensão da comunicação), troca de experiência entre os empresários e entre as empresas de Economia de Comunhão (EdC) (FERNANDES, 2007; LEIBHOLZ, 2002).

Um ponto a ser destacado é que o “princípio arco-íris” é uma forma intencional de influenciar a ação administrativa por meio da organização da empresa e de uma orientação racional e metódica da conduta dos indivíduos de acordo com os sete aspectos do amor. Trata-se de uma racionalização religiosamente orientada da conduta da vida – neste caso pela espiritualidade da unidade –, conjugada a uma racionalidade econômica, que entram em conflito apenas quando, por meio de uma avaliação moral da atividade econômica, se perceber que estão sendo colocados em jogo valores defendidos no ambiente empresarial, como “a centralidade do homem, a valorização das relações interpessoais dos empregados, dos clientes e fornecedores, o respeito às leis e às obrigações com o Estado, o cuidado com o ambiente interno e com a conservação da natureza e a partilha de parte dos lucros” (FERNANDES, 2007, p. 146). Em outras palavras, a orientação da ação econômica está imersa em princípios e práticas que possuem como finalidade não apenas a eficiência em termos de resultados financeiros e crescimento econômico, mas principalmente a expansão de uma ética – embasada na espiritualidade da unidade – para a economia formal (FERNANDES, 2007). Não se trata, portanto, apenas do princípio do capitalismo inicial “a honestidade é a melhor política” (WEBER, 2002, p. 219), mas da crença de que o estilo de vida e conduta baseadas na espiritualidade é portador de um ‘código’ para transformar a sociedade em todos os campos do mundo” (LUBICH, 2001, p. 13).

É importante ressaltar nesse ponto dois pressupostos fundamentais do discurso do MF acerca do entendimento antropológico e da realidade. O homem é considerado como um ser em relação, e sua identidade se expressa na atitude de “ser-dom”, de doação de si e de estar sempre na posição de doação (ARAÚJO, 2000). Nessa visão, a pessoa é na medida em que doa e acolhe o outro, não se tratando de substituir o “eu” por “nós”, mas o “sujeito-ilha” por um “sujeito-relação” (BRUNI, 2001, p. 66). Há inclusive a denominação *homo donator*, criada por intelectuais do MF, que incorpora esse pressuposto e é capaz de praticar nas atividades econômicas uma nova cultura, a cultura do dar e do

dom, em absoluta antítese à cultura do ter (ARAÚJO, 2000, p. 96; 2001, p. 40). Sobre a cultura do dar, voltarei em seguida.

Acerca da realidade, o MF possui como fundamento ontológico a Santíssima Trindade, ou melhor, o amor trinitário, no qual Pai, Filho e Espírito Santo são simultaneamente iguais e distintos, uma unidade possível pelo Amor (aqui no sentido de amor-ágape) e cuja dinâmica é o dom recíproco ou comunhão. A realidade empírica é “substância de amor” (ARAÚJO, 1998, p. 66). O amor seria a lei mais elementar e fundamental, de modo que todas as coisas estariam em comunhão de amor entre si, e todos os acontecimentos na realidade física são animados pelo amor, tendo-o como fim. No plano da realidade social, ao se considerar que Deus é amor e tudo o que vem Dele é amor, a realização da *vontade de Deus* ganha importância na vida individual e da humanidade (RIBEIRO, 2003). Qualquer fato, acontecimento – imprevisível ou não –, atividades cívicas e rotineiras são entendidos como expressões de Sua vontade, constituindo-se uma forma de teodicéia ao ajustar todos os acontecimentos em uma narrativa onde tudo pode ser interpretado como expressão de amor de Deus. A moralidade cristã interpreta o mal não pela ação demoníaca nem como vontade de Deus, mas como decorrência do mau uso pelo homem de seu livre arbítrio. De acordo com essa teodicéia focolarina, Deus teria o poder de ressignificar tal situação, remodelando-a em uma nova situação de *bem*.

O mundo social, como é entendido pelo MF, possui o amor como núcleo e essência de toda a sociabilidade. Entretanto, o que prevalece é um mundo desunido e carente de amor e, por isso, é necessário que haja uma renovação, possível apenas por meio do Evangelho. De fato, o adjetivo *novo* é constantemente utilizado – como em homens novos, humanidade nova, estruturas novas, famílias novas, entre outros – e se refere ao resultado das ações sociais que são orientadas por valores como amor e fraternidade, contrapondo-se aos valores “velhos”, tal como o egoísmo, que foram assumidos pela sociedade moderna. Esses termos, no discurso do MF, têm como pano de fundo a expressão bíblica “homem novo”, utilizada por Paulo de Tarso¹⁸ para designar as pessoas que assumem os ensinamentos de Cristo. E para assumi-los é exigida uma metanóia do “homem velho” para o “homem novo”, o que requer radicalismo, palavra muito usada no Movimento para se referir tanto ao resgate do estilo de vida original dos primeiros cristãos quanto ao fato de se colocar Deus em primeiro lugar na vida cotidiana.

Relacionada a esse radicalismo está a idéia do *cêntuplo* – entendido como um número ilimitado – que é a recompensa que Jesus promete nesta vida, e, no futuro, a vida eterna, para quem deixar tudo por sua causa, pelo Evangelho e pelo Reino. Segundo essa crença, é ainda nesta vida que somos chamados a “receber o cêntuplo e a usufruir dele”. No MF estimulam-se a certeza e a convicção de que, se atingidas as condições exigidas por Jesus – ou seja, deixar tudo por Ele –, obtém-se o cêntuplo, “como uma equação matemática” (ARAÚJO, 1998, p. 84). Portanto, para os membros do Movimento, a questão da *salvação* perpassa esse ato radical de doação total. O cêntuplo, por sua vez, é considerado

como um “capital de Deus”, pois vem da *Providência de Deus*. A utilização desse capital é restrita ao “incremento do Reino de Deus sobre a Terra”, que contempla as atividades de apostolado, de formação, e obras relacionadas ao desenvolvimento desse reino. Um exemplo do emprego do “capital de Deus” é a construção das Mariápolis Permanentes.

Além disso, acredita-se que cada pessoa é chamada para construir o Reino sobre a Terra por meio do trabalho e da ação, atentando para o fato de que há a dimensão espiritual (de paz, unidade e amor) e material (constituída por obras surgidas pela paz, unidade e amor). Nesse sentido, afirma-se que construir estruturas de graça que expressem o Reino de Deus é construir o “paraíso terrestre” (ARAÚJO, 1998, p. 86). Dito de outra forma, trata-se de transformar todo o mundo “num novo paraíso terrestre, lugar onde cresce e se expande o Reino”, por meio da “própria ação, do próprio trabalho, em unidade de intenção com a encarnação e com a redenção de Cristo”. E essa transformação também deve se estender às esferas econômica, social e política, abarcando os “núcleos familiares, os grupos e as relações sociais, as relações internacionais, a ação econômica, a vida política, isto é, abraçar todo o âmbito temporal” (ARAÚJO, 1998, p. 88). Fica claro que a construção do paraíso terrestre é uma construção humana que valoriza positivamente a atividade externa, na qual as obras (ou estruturas) possuem papel central. As obras são ao mesmo tempo sinais da consecução do Reino na Terra pavimentada pela unidade focolarina e meio dessa construção do Reino e da salvação de todos. Quanto a este último ponto, pode ser citado o exemplo das Mariápolis Permanentes e dos pólos empresariais, que possuem o objetivo, entre outros, de dar visibilidade ao que o MF defende, de modo que “o mundo creia”. É uma das maneiras encontradas para que se cumpra a passagem bíblica “que *todos* sejam um”, muito cara ao Movimento.

De fato, a participação desse processo é que confere a santificação por meio da transformação de uma *práxis ética* proveniente da espiritualidade da unidade (busca da unidade, estabelecimento de “Jesus em meio”, viver de acordo com a vontade de Deus, “Jesus Abandonado” e comunhão de bens [esses dois últimos serão vistos em seguida]) em um *método coerente de condução da vida* como um todo (arte de amar, cultura do dar, economia de comunhão, princípio arco-íris). Esse método é *comunitário*, e não individual, porque a comprovação de que o paraíso está sendo construído é vinculada ao recebimento do cêntuplo e ao fortalecimento da unidade entre os membros do Movimento, sendo que neste último a confirmação é a existência do amor mútuo (resposta amorosa dos outros às ações de alguém), o que é possível apenas em uma comunidade. É por isso que no MF se entende que se está em busca de uma *santificação coletiva*, em vez da santificação individual, como ocorre na tradição da Igreja Católica. E aqui surge mais um elemento fundamental a ser abordado: a *ascese*.

Na tradição católica, a busca da salvação passa pelo ascetismo individual (penitências e mortificações), sendo nesse caso a solidão bem vista como forma de se evitarem distra-

ções e obstáculos provenientes do contato com os outros. Em contraste, Chiara e suas primeiras companheiras entenderam que a santidade – ou seja, a união total com Deus – deve ser buscada procurando-se estabelecer contatos com as pessoas, criando-se relações sociais baseadas no amor evangélico. Em seu entendimento, se a santidade deve ser buscada no mundo – e não se refugiando dele –, também deve ser buscada de modo coletivo. Isso é possível, de acordo com Chiara, vivendo-se de modo que se seja merecedor da presença de “Jesus em meio”, e “então será Ele, o santo por antonomásia, que santificará cada membro do grupo” (RIBEIRO, 2003, p. 123). No MF, principalmente nos escritos de Chiara, enfatiza-se que a espiritualidade da unidade é “nova, atual e moderna” (LUBICH, 1998, p. 58), e deve ser necessário que se esteja vivendo com a humanidade para ser instrumento de Deus na tentativa de resolver os problemas do mundo e, ao mesmo tempo, manter um constante relacionamento com Deus (RIBEIRO, 2003). Em um dos escritos do MF, afirma-se que: “Eis a grande atração dos tempos modernos: penetrar na mais alta contemplação e permanecer misturado com todos, homem ao lado do homem. Ainda mais: perder-se no meio da multidão, para impregná-la de divino, como se embebe um pedaço de pão no vinho” (LUBICH, 1987, p. 9). Em outras palavras, a santificação se dá “lá fora” no mundo, no seu cotidiano. É a contemplação e ação, o *ora et labora* de São Bento além-muros do mosteiro, podendo-se tomar emprestada a tipologia weberiana de *ascese intramundana* para categorizar melhor essa concepção focolarina da busca da transformação do mundo, que ocorrerá não por uma arrebatadora intervenção divina, mas via um processo cultural de transformação das pessoas em “homens novos”, construtores de uma nova cultura e estruturas alicerçadas no amor.

Acerca da ascese, o MF conserva toda a moralidade oficial da Igreja Católica, sendo menos flexível se comparado ao catolicismo tradicional urbano em relação ao consumo de bebidas alcoólicas (é permitido, mas com moderação); o fumo é desencorajado, e eles são severos quanto às questões de sexo antes e fora do casamento, homossexualismo e masturbação. Os casais são orientados a usar o método contraceptivo natural, o que pode ser uma das causas de haver algumas famílias numerosas, mesmo as da classe média alta. Os setores feminino e masculino têm convívio limitado, havendo dentro das Mariápolis uma divisão de tarefas de acordo com o gênero. Em relação ao vestuário, há orientações – conhecidas como “moda mariana” – para que os focolarinos e focolarinas não tenham um traje específico para não se distinguirem dos outros, mas que se vistam “como os lírios do campo”, o que significa se vestir com viço e bom gosto, com decoro, sobriedade e simplicidade, sem sofisticação nem objetos preciosos (LUBICH, 2004, p. 128). O recato também está presente entre os outros membros, principalmente no setor feminino. Eles são bastante liberais em relação ao uso da música (dão preferências às compostas pelos membros do movimento nos eventos, mas não há restrições em outros momentos), dos meios de comunicação e da cultura em geral. Há incentivo ao consumo de roupas, livros, vídeos e outros bens produzidos por membros do Movimento, mas nada que indique um comércio significativo nem uma estratégia de *marketing* para tal. Em uma escala

descendente de participação, os membros internos, aderentes e simpatizantes dedicam boa parte de seu tempo em atividades do Movimento – reuniões de grupos, organização de eventos, voluntariado em obras assistenciais, entre outros –, e não é rara a ida à missa todos os dias, principalmente nos domingos, em que ela prepondera sobre todas as outras atividades.

Há outro elemento da ascese que pode ser mencionado. A unidade e o amor mútuo – que, segundo o MF, dão alegria – exigem empenho, treinamento diário (com orações, meditações, missa diária) e sacrifício. Para os membros, esse esforço é entendido na palavra “cruz”, porque é necessário saber sofrer, “um sofrimento que o amor requer” (LUBICH, 1998). Em outras palavras: saber sofrer por amor. E aqui entra um componente que é considerado o segundo eixo (o primeiro é a unidade) da espiritualidade da unidade: *Jesus Abandonado* (RIBEIRO, 2003). Considerada como o “segredo” para realizar efetivamente a unidade, a expressão se refere ao momento em que Jesus na cruz grita: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” (Evangelho segundo Mateus 27, 46.). O sofrimento e sacrifício de Jesus, simbolizados na expressão, são relacionados aos sofrimentos pessoais e sociais, e conferem um sentido a eles – ou, em outros termos, fornece uma solução contra a anomia e o caos (veja BERGER, 2004) – de modo que se vivencie ou se enfrente tais sofrimentos “com a convicção de que são situações que prevêm uma saída, assim como, segundo a fé cristã, Jesus morreu, mas depois ressuscitou”. Para os membros, “abraçar Jesus Abandonado”, uma expressão muito utilizada, “são ocasiões nas quais se demonstra o amor e a fé em Jesus, não permanecendo, mas procurando soluções” (RIBEIRO, 2003, p. 102).

No campo econômico, essa expressão é utilizada para dar significado a todos os momentos negativos, tais como dificuldades gerenciais cuja solução, à primeira vista, esteja fora de alcance. Também compreendem como um pedido de Deus para que sejam mais radicais no amor. Por exemplo, um empresário comprometido com esse sistema de significado interpreta a falência de sua empresa como o momento para aceitar Jesus Abandonado e como um pedido de Deus para que o empresário “dê tudo” a Ele, como prova de que O ama acima de tudo.

Nesse caso, a “perda” é ressignificada como “doação a Deus”. E, segundo o MF, todo aquele que dá tudo por amor, recebe o cêntuplo, como abordado anteriormente. E aí entra outro componente fundamental: a *confiança na Providência de Deus*. Fruto das experiências de Chiara e suas primeiras companheiras, e mantida durante as décadas seguintes, a crença na providência está em vários escritos do MF e é interpretada como a intervenção de Deus em circunstâncias da vida de modo inesperado.

Para o MF, as dimensões da vida econômica e espiritual estão entrelaçadas (GOLD, 2003). A ajuda aos pobres e a providência não são vistas como um anexo opcional da vida religiosa, mas como uma expressão da vida espiritual nas outras dimensões, social e econômica. A providência fornece os bens materiais necessários para a solução de

determinados problemas, desde que as “condições” do amor mútuo estejam presentes. Há um tipo de “lógica econômica” de intercâmbio na providência, presente na promessa de Jesus “dai e vos será dado” (Evangelho segundo Lucas 6, 38) e que serve de base para a crença. Tal crença, mantida viva em todos os setores do Movimento até hoje, está presente nos cálculos e decisões de expansão estrutural da organização, feitos com base na chegada da providência, por exemplo, para o pagamento de determinada prestação da compra do terreno, na aquisição de uma casa, ou na escolha do melhor local para a instalação do pólo empresarial. Caso não cheguem os recursos necessários para um determinado projeto, isso é interpretado como não sendo da vontade de Deus.

No campo econômico, os empresários que aderiram à economia de comunhão consideraram a providência como um “sócio invisível”, e, de acordo com as entrevistas, consideram-na como uma fonte real de recursos e confiam que, se for da vontade de Deus, a providência chegará.

O consumo e o uso dos bens merecem uma atenção especial. O modelo de relacionamento com os bens econômicos tem origem nas ações de doações e solidariedade que Chiara e suas primeiras companheiras realizaram para ajudar os mais necessitados durante a Segunda Guerra. A comunhão de bens, entendida como a partilha de recursos materiais e espirituais colocados em circulação no tecido social, foi inspirada no estilo de vida das comunidades dos primeiros cristãos, e a prática de “colocar em comum” os bens, como seus membros costumam dizer, teve o caráter evidente de suprir materialmente os mais pobres, mas, antes de tudo, o seu objetivo foi resolver o problema social. Uma característica dessa experiência é que a expressão social do MF surgiu simultaneamente com as expressões religiosas que hoje definem a espiritualidade da unidade, fazendo com que as dimensões material e espiritual tivessem forte ligação, mantida ao longo das décadas no Movimento. O que emerge é uma visão religiosa que não é apenas uma forma de edificação espiritual, mas também um meio de superação dos problemas sociais.

Sobre o consumo, no MF os bens se distinguem entre necessários, convenientes e supérfluos. O intuito é que com essa distinção seja possível que cada membro coloque o supérfluo no circuito de comunhão de bens. A situação e o contexto cultural é que identificarão cada bem de acordo com essa classificação, considerando-se também o consenso do grupo focolare de cada localidade. Dessa forma, o consumo possui restrições “na medida da necessidade do outro”, como dizem os membros, para reforçar o caráter de comunhão de bens que deve haver. É possível perceber a opção por uma “pobreza evangélica” – uma forma de ascetismo, de não consumir bens considerados supérfluos e de manter, quando possível, um padrão de vida confortável, mas não luxuoso. Isso não significa que haja um entesouramento em forma de poupança, como descrito por Weber em relação aos calvinistas. Há a poupança evidentemente, mas, devido ao compromisso com a prática de comunhão de bens, boa parte dela é dirigida para o circuito da comunhão.

Houve na história da Igreja, e ainda há, a prática da comunhão de bens, mas ou possui um caráter apenas assistencial ou era e é restrita ao pequeno grupo de pessoas do convento, seminário, ou a um pequeno grupo pertencente à instituição. A diferença do MF em relação a essas iniciativas é a pretensão de universalizar essa prática e visão de mundo. Pegando carona na idéia de ascetismo intramundano de Weber, afirmo que o MF, por meio de sua prática e posterior doutrina de comunhão de bens, pretende levar ao mundo a “racionalidade capaz de comunhão” (BRUNI, 2002; 2005). Essa racionalidade está próxima do conceito de racionalidade substantiva weberiana, diferenciando-se dela por ter características mais específicas, confinadas aos limites do movimento religioso (Fernandes, 2007, p. 143): a ação racional é orientada por valores como a cooperação e o ato de dar¹⁹, com vistas ao estabelecimento da reciprocidade²⁰ como é entendida no Movimento, isto é, sem condicionalidade (ou com gratuidade²¹).

O sistema de ações práticas da comunhão de bens e dos outros valores sintetizados na expressão “espiritualidade da unidade” constituiu uma significativa experiência cultural (GOLD, 2003). A imersão sistêmica e institucional desses valores é denominada no MF cultura do dar. Também de caráter propositivo, a expansão dessa cultura em todas as esferas da vida é vista, primeiro, como uma espécie de antídoto para as duas principais atitudes que estão na base do pecado, segundo a Igreja Católica – a busca exclusiva do lucro e a sede de poder (Araújo, 2000) –, e, segundo, como uma crítica e alternativa à cultura da sociedade atual, denominada “cultura do ter”. Antítese da cultura do dar, a cultura do ter é caracterizada como a busca da acumulação, consumo do supérfluo, desperdício, individualismo (no sentido moral), prazeres e desejos que devem ser satisfeitos a qualquer custo, cuja base antropológica é considerada como deformada: o ter como dimensão fundamental da própria personalidade. Para o MF, a expansão da cultura do dar será capaz de revelar e forjar uma “mentalidade nova, um novo modo de ser e de se relacionar”, e capaz de construir o novo: as estruturas da graça (ARAÚJO, 2000, p. 106).

O projeto da Economia de Comunhão (EdC) é considerado pelo MF como uma das concretizações dessas estruturas da graça. O projeto é, por meio das organizações econômicas (empresas e pólos empresariais), a sistematização e institucionalização da compreensão e condução da vida econômica do MF inserido no contexto do mercado. A gestão dessas organizações econômicas e as relações sociais intra- e interorganizações possui, portanto, como princípio valorativo, o *ethos* do MF (Gold, 2003), com adaptações tanto provenientes da aprendizagem da prática de seus agentes quanto do grupo de intelectuais ligados ao Movimento que estão procurando desenvolver uma teoria econômica da EdC. Os efeitos econômicos da EdC – e aqui cabe ressaltar que foram propositais – são a repartição do lucro das empresas que aderem ao projeto com os pobres e as estruturas do movimento (para a expansão da cultura do dar), e o conseqüente aumento de escala da comunhão de bens por conta do acréscimo da dimensão da produção (empresas) à dimensão distributiva já realizada pelo Movimento. Alinhavada com o aspecto espiritual

do projeto – de expandir a cultura do dar na vida econômica, e mantida a tradição do Movimento de o social estar entrelaçado com o espiritual – está a busca da consecução da justiça social ao ter como objetivo a superação da situação de indigência, primeiramente dos seus membros e, depois, servindo de modelo (ou “paradigma”) para outros grupos ou comunidades.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que as empresas aderentes à EdC estão duplamente imersas: na economia de mercado e no contexto cultural. Aliás, tanto a empresa em sua forma capitalista quanto o mercado (enquanto instituição) são vistos de forma positiva, por serem instrumentos úteis na realização dos objetivos da EdC. Para utilizar uma imagem computacional, direi que a EdC é o *software* (cultura do dar) com uma nova programação para um *hardware* já dado (empresa e economia de mercado).

5 Considerações finais

Para finalizar, dadas a crítica sociocultural feita pelo MF da atual sociedade e suas intenções intervencionistas na esfera da vida econômica – das quais a EdC é sua concretização – com vistas à transformação em direção a uma cultura econômica baseada em seus critérios religiosos, concluo que a ética econômica focolarina está em forte tensão com o “espírito capitalista”, querendo substituí-lo por um novo espírito: o da comunhão. Se para Weber, no caso do capitalismo racional, os interesses ideais (ou espirituais) e os interesses materiais (ou econômicos) se reforçavam mutuamente, a ponto de facilitar uma inovação econômica, no caso da EdC e do MF a inovação econômica é buscada intencionalmente, mas está limitada à restrita capacidade de expansão da EdC (Gold, 2003) e às dificuldades inerentes de mudanças culturais de modo que os interesses materiais e ideais estejam alinhados para promoverem a justiça.

The Economy of Communion as an expression of a plural economy from religious origin

Abstract

The Catholic Church, through the Focolare Movement, is developing a unique experience in the economic field denominated Economy of Communion. Such experience can contribute to the debate about Plural Economy from the development of practices that work in the market, but with performance criteria also from other spheres, such as symbolic. Through a qualitative case study, I will discuss the Focolare Movement as organization and its most important aspects in order to describe and analyse the discourse, ethics and articulation with the economic life of a Plural Economy experience that is originated from religion. Conclude by suggesting

that focolarine economic ethics is in sharp tension with the “spirit of capitalism”, hoping to replace it with a new spirit – the “spirit of communion” – as part of purposeful search of the Focolare Movement to provide an economic innovation.

Keywords: Focolare Movement, Economy of Communion; Plural Economy; relationship between economic life and religious life; economic innovation.

Notas

¹“Focolare” é uma forma de aportuguesamento da palavra italiana ‘focolare’, que significa “lareira”. Segundo seus adeptos, esse nome foi dado no início do movimento por pessoas que sentiam o “calor” e a “cordialidade” do amor evangélico do grupo de participantes. O nome oficial do Movimento dos Focolares aprovado pela Igreja Católica é Obra de Maria.

²Nesta parte do trabalho, utilizo, além dos dados de campo, as obras de Ribeiro (2003), Leite (2005) e Fernandes (2007).

³At 2, 44 e At 4, 32: “Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum”. “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém dizia que eram suas as coisas que possuía, mas tudo entre eles era comum.”

⁴“A expressão ‘comunhão de bens’ traduz a prática, gerada no interior do movimento, de partilha de bens materiais organizada por setores, nos níveis regional e internacional, como ação social orientada pelos valores evangélicos da fraternidade e com o objetivo de conferir visibilidade a uma situação social marcada por condições materiais de vida igualitárias.” (Ribeiro, 2003, p. 54).

⁵Ou seja, compartilhavam também os entendimentos e práticas cotidianas suscitadas pelo Evangelho.

⁶Um fato marcante e interessante para uma pesquisa mais aprofundada foi o relacionamento com pessoas e grupos comunistas, que estavam curiosos acerca daquelas jovens que falavam em unidade e viviam a igualdade entre as pessoas, conceitos muito utilizados no meio comunista. Além disso, o irmão de Chiara, Gino Lubich, militava em um Partido Comunista. Há ainda o fato de que hoje, entre os focolarinos e focolarinas do mundo inteiro, inclusive os brasileiros, há ex-militantes comunistas e ex-guerrilheiros.

⁷Significa se oferecer a Deus por meio dos votos de pobreza, castidade e obediência.

⁸Para conhecer algumas de suas obras publicadas em português, veja em <<http://www.cidadenova.org.br>>.

⁹Ribeiro (2003) relata que é comum entre os membros se expressarem com as frases “antes do Ideal” e “depois do Ideal”. E para Ginetta havia um *antes* e *depois* de conhecer o Ideal proposto por Chiara.

¹⁰Na Mariápolis Ginetta moram cerca de 450 pessoas.

¹¹Em 1995 surgiu o Polo Solidaridad, na Argentina; em 2006 foi inaugurado o Polo Lionello, na Itália, e em abril de 2007 foi inaugurado o Pólo Ginetta, em Pernambuco. Além de outros pólos em construção, já estão operativos um pólo em Krizevci, Zagreb, na Croácia, e um pólo em Rotselaar, Bruxelas, na Bélgica.

¹²Com capacidade para abrigar 10 empresas. O condomínio é uma rede de integração de ações entre pequenas e médias empresas. Sendo estas localizadas num mesmo espaço, cada estabelecimento paga

apenas aluguel mensal pelo uso exclusivo do local. Todo o processo de constituição física, inclusive o suporte técnico-operacional, é terceirizado. Dessa forma, é possível reduzir fortemente os custos envolvidos na implantação do condomínio, pois custos em comum deixam de ser despesas individuais para serem compartilhadas.

¹³Baseada no conceito de associativismo, a empresa de participação comunitária (EPC) é uma sociedade anônima de capital fechado que reúne centenas de pequenos investidores de uma comunidade, cujos recursos são aplicados – por meio de uma empresa holding – na criação de micro e pequenas empresas ou na capitalização das já existentes. De uma forma mais abrangente, pode-se dizer que a EPC é uma empresa que gera outras empresas e que, por adotar os princípios do associativismo, oferece transparência e ampla democratização das decisões referentes à sua administração.

¹⁴Segundo Leite (2005), o Sebrae considera a Espri a maior empresa de participação acionária do país.

¹⁵Aqui no sentido de exteriorização, objetivação e interiorização (veja Berger, 2004, cap. 1).

¹⁶Esse texto pode ser acessado em <<http://tinyurl.com/ypc5nr>>.

¹⁷Pode ser interpretada também como a inserção da racionalidade substantiva na esfera econômica. Veja em Serafim (2001).

¹⁸Efésios 4, 22-24: “Renúnciai à vida passada, despojai-vos do homem velho, corrompido pelas concupiscências enganadoras. Renovai sem cessar o sentimento da vossa alma, e revesti-vos do homem novo, criado à imagem de Deus, em verdadeira justiça e santidade”.

¹⁹Bruni (2005, p. 96, nota 37) especifica o termo “dar”: é o ato gratuito que visa sempre à reciprocidade, à relação pessoal com o outro. Essa ênfase na relação pessoal é a principal diferença entre o ato de dar e os atos de filantropia e altruísmo, que não necessariamente procuram a reciprocidade.

²⁰“[...] o princípio da reciprocidade não é o de doar algo com a condição de receber outra coisa em troca. Esse é um princípio de troca [ou reciprocidade de mercado]. O princípio da reciprocidade é a gratuidade, a partir de um valor *intrínseco* motivador que porta na sua natureza a liberdade de que um ato gratuito torne-se recíproco” (Fernandes, 2007, p. 81).

²¹Significa que a decisão para agir é independente da retribuição do outro, ou seja, do estabelecimento da reciprocidade. A contrapartida é esperada, mas não exigida, como na perspectiva do contrato, por respeitar a liberdade do outro de desejar ou não o estabelecimento da reciprocidade.

Referências

- ARAÚJO, V. Economia de comunhão e comportamentos sociais. In: COSTA, R. et al. **Economia de comunhão**. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 9-20.
- . O carisma da Unidade e a Sociologia. **Abba**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-70, 1998.
- . O cêntuplo e o paraíso terrestre. **Abba**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-91, 1998.
- . A cultura do dar. **Abba**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 93-112, 2000.
- BERGER, P. L. **O Dossel Sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo, Paulus, 2004.

BRUNI, L. Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão. *Abba*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 47-74, 2001.

———. (Org.). **Economia de comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões**. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2002.

———. **Comunhão e as novas palavras em economia**. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2005.

CALLIARI, G. **O Evangelho, força dos pobres**. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2001.

CAMARGO, C. P. F. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências, 1971.

FERNANDES, V. **A dimensão ambiental em organizações produtivas: uma análise da racionalidade da economia de comunhão (EdC)**. Florianópolis, 2007. 183 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/pgea0283-t.pdf>>.

FERRUCI, A. **Os polos produtivos e as associações EdC**. In: *Economia de Comunhão: Uma nova cultura – Relatório EdC 2011-2012*. AIEC, 2013. Disponível em <<http://www.edc-online.org/br>>. Acessado em 10 jun. 2013.

GOLD, L. The roots of the Focolare Movement's economic ethic. *Journal of Markets and Morality*, v. 6, n. 1, p. 143-159, 2003.

LEIBHOLZ, R. Projeto Espri. Comunicação proferida no Congresso de Economia de Comunhão 2002, Vargem Grande Paulista (SP), 2002. **mimeo**.

LEITE, K. C. **Economia de Comunhão uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LUBICH, C. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. *Abba*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 7-16, 2001.

———. Quatro aspectos essenciais de EdC. *Abba*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 17-29, 2001.

———. A unidade e Jesus Abandonado: fundamentos de uma espiritualidade de comunhão. *Abba*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 7-22, 2003.

———. **Um novo caminho: A espiritualidade da unidade**. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2004.

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. 2 ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

RIBEIRO, S. F. **Carisma e modernidade**. Ginetta Calliari, “a ética da unidade e o espírito da economia de comunhão”. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

WEBER, M. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. (Orgs.). **Ensaio de Sociologia**. 5a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. p. 212-225.

———. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.